

Com 54 anos de idade, tendo ocupado um sem-número de postos de relevância na Administração Pública, inclusive de direção e de confiança, nunca tive o meu nome envolvido em qualquer procedimento de ordem ideológica ou de segurança. Tudo começou, infelizmente, com a indicação do meu nome para reger a cadeira de Sociologia na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, da UFRJ, com a aposentadoria do Prof. Hildebrando Leal. A Professora Adjunta, Wanda Cardoso Torok, não se conformou e recorreu para o Conselho Universitário, depois de haver pedido reconsideração à própria Congregaçãõ. Em resumo: fui indicado duas vezes pelo Departamento de Ciências Sociais, sob a presidência, em 1966, do Prof. Jorge Kingston, da Fundação Getúlio Vargas e conhecido anti-comunista; duas vezes pela Congregaçãõ, sendo que, na segunda, por unanimidade, em 13/3/67 (com 30 votos, inclusive do Prof. Eremildo Viana e do Prof. Hélio Viana, cunhado do saudoso Presidente Castelo Branco). A Profa. Wanda perdeu duas vezes no Conselho Universitário, em maio e setembro de 1966, sendo que, na primeira vez, por unanimidade. Impetrandõ mandado de segurança, perdeu também duas vezes, em mandados diferentes, perante a 1a. Vara Federal (Juiz Evandro Gueiros Leite) e a 2a. (Juiz Jorge Lafayette). Recorreu para Brasília e voltou a perdêr em 18 de dezembro de 1968 (Tribunal Federal de Recursos), sem que eu tenha constituído advogado, deixando correr o processo à revelia, tal o alto preço que vinha pagando por um simples contrato trabalhista.

Disse então a referida Professora a várias pessoas - e disso posso apresentar prova, quando necessário - que haveria de se vingar de mim, nem que fôsse a última coisa que fizesse na vida. Durante os anos de 1967 e 1968, e principalmente de dezembro para cá, tem corrido todos os Serviços de Segurança, denunciando-me como subversivo e contrário à Revoluçãõ. Denunciei-me ao CENIMAR, aos Serviços de Segurança do MEC e do Ministério da Justiça. Em dois déles, perante os quais já me defendi, soube do seu comparecimento e da apresentaçãõ

soltando-o 24 horas depois (20/21 de dezembro de 1968). Convidado a prestar declarações, facilmente foram destruídas as acusações, provando eu que era inocente, nada podendo haver contra mim em matéria ideológica ou de irrepreensível conduta política. Jamais participei de qualquer passeata, quando elas estavam em moda; nunca assinei manifesto de qualquer espécie, nem jamais participei de programas de reformas universitárias, nem de agitação ou debate de qualquer natureza. Entro na Faculdade para dar aula, e dela me retiro, cumprido o meu horário de permanência. Não frequento diretórios acadêmicos e traço os alunos à distância, seja qual for a sua coloração ideológica, notadamente os de esquerda, pelas conotações negativas que possa tudo isso acarretar.

Durante os anos de 1951 a 1964, mantive-me sempre na oposição aos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubtschek e João Goulart, sendo sempre perseguido, levando 16 anos para ser promovido de Procurador de 2a. categoria para/de la. e, ainda assim, por antiguidade. Quando eramoda e vantajoso ser comunista, nos anos de 1962 e 1963 mantive-me contrário ao Sr. João Goulart e seus adeptos, sendo rancorosamente perseguido. Duvido que alguém aponte o meu nome em qualquer movimento subversivo ou de agitação daquela época.

Pois bem, ouvido no CENIMAR, em 26 de dezembro de 1968, logo se desfizeram as acusações. Em setembro do mesmo ano (1968), solicitei demissão de professor contratado do Instituto de Filosofia, sendo disso testemunhas Profs. Artur Cesar Ferrreira Reis, atual Presidente do Conselho Federal de Cultura e antigo Governador do Estado do Amazonas (Presidência Castelo Branco) e Eremildo Viana, a quem visitei e com quem conversei demoradamente na Rádio do MEC, prédio vizinho da Faculdade de Direito. A demissão foi-me negada, sob o fundamento da proximidade do fim de ano e da realização dos exames e provas. A 3 de março do corrente ano, pedi demissão em caráter irrevogável, e nunca mais voltei ao Instituto.

Não tendo sido aposentado na relação dos 44 professores de 25 de abril último, exacerbaram-se os ódios contra mim, não só por parte da Profa. Wanda e seus adeptos, como igualmente de pessoas da

Informação, por ela levadas a êrro (pois nunca fui ouvido, embora sempre soubesse do que se tramava contra mim). Fizeram os meus inimigos distribuir um manifesto altamente insultuoso na Faculdade de Direito, da qual sou catedrático por concurso público de títulos e provas (depois de conquistada a docência em 1953), desde dezembro de 1957. Assinavam o manifesto os movimentos ALA e Mão Branca. Vinham ali atacados cinco professores, com palavras grosseiras e infâmias de toda ordem. Entre eles, como não podia deixar de ser, num propósito consciente e de má fé, encontrava-se o meu nome, em parágrafo especial. Com 20 anos de ensino, desde o primeiro contrato, como Auxiliar de Ensino sem ônus para os cofres públicos, no ano de 1949, quando fui colega de turma do Prof. Jorge Boaventura (e com o qual fizera boa amizade), nunca havia sido desrespeitado nem ofendido por alunos. Revidei a afronta, na aula de 7 de maio último, muito emocionado, com veemência verberando a infâmia e as calúnias que me eram assacadas. Os outros professores (eu hoje vejo que mais sãbiamente) calaram. Encontrava-se na aula uma aluna, de turno matutino, mas que só assistia às minhas aulas noturnas, repetente da série e notoriamente ligada a aqueles movimentos.

No Conselho Departamental, exigiu o Prof. Pedro Palmeira a abertura de inquérito para que fôsse apurada a autoria, ou pelo menos a responsabilidade da distribuição do manifesto. Cinco professores do Conselho Departamental, constituído de nove, eram atacados: Pedro Calmon, Ferreira de Souza, Evaristo de Moraes Filho, Vandick Londres da Nóbrega e Oscar Stevenson. O Diretor, Prof. Ferreira de Souza, indicou o Livre Docente, Prof. Celso Guedes Pinto, para presidir a comissão de sindicância, porque já havia sido indicado pelo Diretor que o antecedeu, Prof. Hélio Gomes, e com excelentes resultados. Foram ouvidos alguns alunos sem discriminação partidária, inclusive, como é óbvio, os mais ligados àqueles movimentos assinalados no manifesto e que foram apontados como distribuidores. Nada se apurou.

Apesar do que se disse em contrário em xerox enviado ao 1.º Exército, o Diretor e o Conselho Departamental (cuja ata atesta o que se passou) podem confirmar: 1.º) que o pedido de abertura do inquérito

rito partiu do Prof. Palmeira; 2º) que a indicação do Prof. Guedes, para presidir-lo, fôra dêle próprio, Diretor; 3º) que não foram ouvidos somente estudantes anti-comunistas, e sim todos os que pudessem dar qualquer informação esclarecedora; 4º) que não foram ditas em aula as palavras tais e quais me foram atribuídas, tendo havido má fé na pesoa que as veiculou; 5º) que, ao contrário do que se alega, o Prof. Guedes não inocentara nenhuma alumna comunista em inqúérito anterior; antes, pelo contrário, a incriminara diretamente, sendo ela expulsa da Faculdade; 6º) também, ao contrário do que se alega, o Prof. Guedes não fôra pressionado, conforme carta endereçada ao Diretor.

Tôdas essas informações foram encaminhadas, em meados de junho, ao General Turola, da Segurança do MEC, rebatendo tôdas as acusações, sem nenhuma implicação política. Para isso, havia o Diretor designado o Prof. Palmeira, ^{que} notório anti-comunista, para apurar os fatos, infelizmente, ao me consta, nada disso se encontra no xerox que saiu do Ministério da Educação.

Surpreendentemente a 13 de junho último, às 8 horas da manhã, fui prêso em casa, por ordem do 1º Exército e mantido incomunicável por 7 dias. Com uma longa fôlha de fé de officio, já aposentado no MTPS, sem registrar qualquer antecedente de segurança social, depois de mais de 30 anos de serviços, dos quais 25 como Procurador da Justiça do Trabalho, com assentamentos elogiosos e ficha límpidissima; professor há mais de 15 anos, nunca sofri nem passei em minha vida por vexame igual. Nunca participei de qualquer agitação na Faculdade, em qualquer época, sendo professor rigoroso com os alunos e não faltando às aulas. Votei sempre contra as agitações na Faculdade ao tempo do Sr. João Goulart, quando dos comparecimentos de Brizola, Arrais e outros de igual categoria. Isto é fácil de ser comprovado, bastando serem ouvidos os professores daquele tempo, nada mais.

Sem nunca ter sido ouvido, só a vingança pessoal (que levou a Informação a engano), por motivos subalternos, pode explicar tudo isso, verdadeiro pesadelo.

Todos os colegas a que pertencei manifestaram-se unânimeamente a meu favor: Conselho de Pesquisas e Ensino para Graduados, da

UFRJ; Ordem dos Advogados Brasileiros, que se manteve em sessão permanente; Congregação da Faculdade de Direito; Comissão Permanente de Direito Social, do Gabinete do Ministro Jarbas Passarinho, que se encontrava ausente em Genebra, tendo o seu Chefe de Gabinete, Coronel Barreira, telefonado duas vezes para a minha família.

Na ocasião, mais de um Serviço de Segurança recebeu igual denúncia contra mim. O CENIMAR procedeu a uma rigorosa sindicância, e já alertado pelo rebate falso de dezembro de 1968, apurou que nada constava contra mim. Soube que a mesma Profa. Wanda Torok compareceu perante o Coronel Descamps, da Justiça, denunciando-me como subversivo. Disso tenho prova por escrito.

Quando solto - sem ter sido revistado nem ouvido -, procurei o General Antônio Carlos de Andrada Serpa, conhecido por suas idéias e meu companheiro de lutas contra Jango. Pedi-lhe somente que me apresentasse ao General Syzeno. Qual não foi minha surpresa, quando longe disso, escrevera toda uma carta, verdadeiro atestado de boa conduta política. De posse da carta, fui recebido pelo General Syzeno a 9 de julho último. Levei-lhe uma pasta com 104 documentos e contei-lhe sem omitir uma só palavra, tudo o que se passou na aula do dia 7 de maio. Conversamos durante meia hora. Disse-me ele que lhe havia dito que eu ^{era} capaz de agitar os estudantes contra a visita de Rockefeller. Não havia tempo a perder, e por isso mandara me prender. Disse-me-lhe igualmente, que eu havia proferido palavras ofensivas à Revolução e às Forças Armadas, na aludida aula. Antes de mais nada, fiz-lhe ver da falsidade da calúnia, desafiando os meus detratores a apresentar gravação da aula. Ao fim da conversa, deu-me o General os telefones dos seus Ajudantes de Ordens e do Ofício de Dia Permanente do 1º Exército. Tive do General Syzeno a melhor impressão, como Comandante e homem de bem, simplesmente mal informado no episódio, mas de boa fé em defesa das instituições e dos ideais da Revolução. Soube, por amigos comuns, que lhe deixara também boa impressão e que ele estava impressionado com o episódio da minha prisão.

Com a farta documentação, aqui juntada, provo que nunca fui comunista. Udenista desde 1945, colega de escritório do Dr. Pra

do Kelly de 1951 a 1958. Entre outros, podem testemunhar a minha conduta política, sempre democrática: os Drs. Bilad Pinto, Adauto Lúcio Cardoso, Temístocles Brandão Cavalcanti, Adonias Filho, José Barreto Filho, Aliomar Baleeiro, Artur Cesar Ferreira Reis, Oswaldo Trigueiro Luiz Viana Filho, Antônio Dias Leite, Hélio Beltrão, Magalhães Pinto, Juarez Távora, Eduardo Gomes, Célio Borja, Lopo Coelho, Alcides Carneiro, Miguel Reale, etc., todos com cargos de eminência na Revolução. Inimigo pessoal do Presidente João Goulart e de sua gente, fui sempre por eles atacado e perseguido, por haver sido presidente da Comissão de Sindicância do IAPB, em 1961, tendo como colega de Comissão o então Tenete-Coronel Antônio Carlos de Andrade Serpa, ora General e servindo em Jundiá. Condecorado duas vezes pela Revolução, uma ao tempo do Presidente Castelo Branco e outra pelo Presidente Costa e Silva; da Comissão Permanente de Direito Social, sou colaborador direto do Governo no estudo de projetos de lei e de matéria internacional. Ninguém melhor do que o Ministro Jarbas Passarinho pode dizer da minha conduta naquele cargo. Ele e todos os meus colegas.

Quando da sindicância, levada a efeito na Faculdade de Direito, pelo Coronel Renato Rocha, nada, absolutamente nada, foi apurado contra mim, logo depois de março de 1964, exatamente no período em que todos os comunistas se haviam revelado. Daí surgiram vários IPMS. Esta sindicância não pode ser desprezada.

Já diversos oficiais militares passaram pelas minhas aulas, cujos depoimentos devem ser colhidos. Convém destacar entre eles por serem os mais recentes, o Major Crysógono Cavalcanti Silva e Paulo Roberto Brasileiro Nascimento (da Marinha ou da Aeronáutica), que foram meus alunos no ano de 1968.

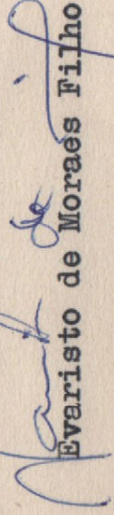
Houve má fé, distorção ou exagero nas palavras que me foram atribuídas na aula de 7 de maio, e assim mesmo, embora veementemente, em resposta a um manifesto sujo e inverídico, além de anônimo. Não teria sido por mera coincidência que virei comunista depois do episódio da cadeira de Sociologia, em 1967, quando muitas vezes ouvi da mesma Professora Wanda as mesmas queixas e denúncias contra todos

os seus colegas da Faculdade... Por quê não fêz concursos, não escreveu livros, não realizou pesquisas, não construiu um nome científico ou cultural? Docente da disciplina, catedrático da própria Universidade, presidente do Instituto de Ciências Sociais (antes da fusão com a Faculdade, só de pesquisas), autor de livros, inclusive traduzido um deles (então a tese de docência) para o espanhol, não vejo como exergar prejuízo de ninguém numa porifa universitária, o que ocorre quase diariamente. A cátedra está vaga desde março último, quando pedi demissão, por quê não se apressa a Professora Wanda em assumi-la? Encontra-se ela à disposição da Universidade, convocada pelo Reitor Aragão, desde junho de 1967.

Podem ser ouvidos todos os meus colegas de todos os collegados a que pertença, inclusive, como é óbvio, o Magfco. Reitor, o Diretor da Faculdade e o atual Diretor do Instituto, Prof. Eduardo Prado de Mendonça, além dos alunos do Doutorado e Bacharelado.

Por tudo isso, já me licenciarei na Faculdade de Direito, não pretendo nunca mais voltar a ensinar, pelo desencanto que tenho dos alunos, de qualquer matiz ideológico ou político. Estudante, na mão, é dinamite, pelas radicalizações a que são levados, projetando suas ideologias nos professores.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1969.


Evaristo de Moraes Filho